AS HISTÓRIAS QUE NOS CONT(AR)AM

Na Galiza e... em Portugal

HENRIQUE EGEA LAPINA

ATRAVÉS
editora

ATRAVÉS de Nós 39

AS HISTÓRIAS QUE NOS CONT(AR)AM

1ª edição, maio 2025
© 2025 AGAL
© Henrique Egea Lapina

Associaçom Galega da Língua
Santiago de Compostela (Galiza)
atraves@a.gal
www.atraves-editora.com

ISBN: 978-84-10491-03-8
DL: C 840-2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Valentim Fagim
REVISÃO TEXTUAL: Hugo Rios e Noélia Toja
DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Miguel Durão
IMPRESSO NA GALIZA: Sacauntos Cooperativa Gráfica

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Este livro está escrito numa variedade galega de português

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO | 11

INTRODUÇÃO | 13

O ESTANHO DAS CASSITÉRIDES E OS FENÍCIO-PÚNICOS (QUE NUNCA ESTIVERAM POR CÁ) | 25

A INTEGRAÇÃO, A ROMANIZAÇÃO E OS SEUS "MITOS" | 39

O NOME DO REINO CRISTÃO OCIDENTAL | 89

O *REGNUM GALLAECIAE* E A SECESSÃO DE PORTUGAL (A) | 119

O *REGNUM GALLAECIAE* E A SECESSÃO DE PORTUGAL (B) | 147

FONTES ELETRÓNICAS E BIBLIOGRÁFICAS | 195

O primeiro passo para liquidar um povo é apagar a sua memória. Destruir os seus livros, a sua cultura, a sua história. Então, tenha alguém a escrever novos livros, fabricando uma nova cultura, inventando uma nova história. Muito antes a nação começará a esquecer o que ela é e o que ela era. O mundo em volta esquecerá ainda mais rápido. A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento.

Do *Livro do riso e do esquecimento,* de Milan Kundera.

Não é por casualidade que se conhecem algumas coisas e se desconhecem outras: conhecimento e desconhecimento são produzidos ativamente, a partir de óticas ideológicas determinadas, construídas historicamente.

De *Brasileiro fala português: Monolinguismo e preconceito lingüístico* de Gilvan Müller de Oliveira, na revista «Linguagem», nº11 (2009)

APRESENTAÇÃO

A atenção à nossa história é um percurso sinuoso de (leves) avanços e recuos nos quais a influência do modelo ideológico é sempre determinante. A criação duma historiografia própria no século XIX foi uma contestação a um discurso nacional espanhol amplamente baseado em meias-verdades, manipulações da informação e mentiras descaradas. A historiografia galega, como outros setores da nossa cultura, pretendia criar um fundamento para a consciência própria em setores da população que se esperavam crescentes.

O terrível recuo durante o Franquismo, com a sua historiografia adulterada e hagiográfica, alimentou uma visão heroico-imperialista, assentando o construto numa perspetiva parcial (nos dous sentidos da palavra "parcial") dos elementos da história. Dom Pelágio, Isabel a Católica, Guzmán el Bueno, Carlos I de Espanha, El Cid, Fernando III o Santo, Filipe II... Não é história o que transmitem, mas o exemplo do "bom espanhol".

Infelizmente, uma grande porção da população galega conhece essa versão épico-literária da história e insiste ferozmente na sua veracidade contra o que outros tentamos trazer à luz. Muitos espanhóis, e entre eles os galegos, sentem a história como as cores das suas equipas de futebol, não pola documentação, mas pola "ideologia".

A mesma historiografia académica espanhola, supostamente "democrática", ainda hoje, ignora olimpicamente a realidade histórica documentada para se pôr ao serviço duma maior grandeza de Espanha. É notável a "ausência" das autoridades académicas galegas, das Universidades, do S. E. Galegos integrado no CSIC e demais... no trabalho sério e imparcial de refazer, a partir dos dados históricos, o nosso passado. Mesmo nos autores que se aproximam do facto histórico, a presença de preconceitos sistémicos, próprio de países colonizados, estão tão integrados que passam ocultos para os próprios autores que se consideram "cientistas" isentos[1].

A situação, desde a implantação do regime monárquico-autonómico, não melhorou muito, nomeadamente porque as autoridades da *"Galícia oficial"* procuram despejar de "ideias conflituosas" a sociedade e, especialmente no sistema educativo (em que, em grande medida decide a autoridade regional) onde o estudo da história da Galiza está reduzido a um nível testemunhal, no melhor dos casos. Conseguindo assim que uma avassaladora maioria da cidadania galega menor de 40 anos ignore quase tudo da história do seu país se não o procura por sua conta.

[1] Sirva de exemplo este texto, de data notavelmente recente, elaborado por um doutor em história, Fernández Calo, na obra intitulada *Xenealoxía do poder local gálico na Antiguidade*: «*Mais a Galecia, como rexión, caracterízase asemade ao longo de toda a súa historia, e non só na Antigüidade, polo seu ruralismo, subdesenvolvimento económico e situación periférica em relación ás rexións máis avanzadas do Occidente europeo.*»

Polo contrário, a história de Espanha é uma matéria obrigatória no sistema, tampouco de forma recorrente como a obsessiva e diária matemática de certos níveis educativos. Mas está sempre presente, na certeza de que uniformizar os conhecimentos facilita a integração dos territórios com personalidade própria. E um elemento que dota de personalidade própria é ter uma história e um devir diferente, oposto, ou contraditório, com o modelo político em que estamos obrigados a desenvolver-nos. O "atlantismo" galego não nasceu dum construto ideológico, nasceu duma necessidade económica e física evidente, mas os episódios nos quais este atlantismo se destaca com claridade, costumam ser banidos da historiografia "à espanhola"... mas também "à portuguesa". Como exemplo, Inês de Castro, ignorada na historiografia "à espanhola", é uma personagem "castelhana" na portuguesa. Habitualmente não se faz referência à origem galega da família Castro e ao projeto político galego que está (ou poderia estar) detrás do seu "partido" na corte portuguesa.

Nos últimos anos, o primeiro quartel do século XXI, o fim do monopólio da informação dos académicos, mercê da disponibilidade na rede de textos e informação, doutro modo inacessíveis[2], permitiu o desenvolvimento duma historiografia à margem dos centros oficiais — como as Universidades —, com uma vontade firme de questionar as patranhas que a historiografia oficial tem perpetuado ao longo dos anos de construção da nacionalidade espanhola, sempre tão em perigo... talvez porque seja um gigante com pés de barro.

Mas a origem da informação é, de preferência, de instituições europeias, não nacionais. A Igreja, grande aliada, no nosso país e no de Espanha, do projeto espanhol e controladora do projeto português, continua a ser uma sociedade impermeável e obscurantista no acesso à informação dos investigadores que não tenham padrinho.

Fica, pois, muito por fazer. O trabalho de desarticular um discurso (ou dous, se contarmos o de Portugal) assente, mas falso, vai necessitar de muitos anos de esforço e insistência. Mas não se alcança com o trabalho de investigação. É muito necessário o de divulgação. É necessário que o maior número possível de pessoas consiga aceder à informação fidedigna e confrontada, imprescindível para criar uma sociedade livre e informada.

Eis o porquê de apresentar este livro. Desconstruir algumas falsidades que são "senso comum" na nossa sociedade e que estão infiltradas nas mentes de todos, mesmo dos mais rebeldes e desconfiados.

[2] Ter apoio institucional continua a ser imprescindível para ser investigador em Espanha.

INTRODUÇÃO

A transmissão do passado exige muito interesse, quer nessa transmissão, quer no facto concreto do passado que se deseja transmitir. Esse interesse traduz-se em copiar, a cada determinado tempo, a documentação. Imagine, quem está a ler isto, o trabalho, tempo e dinheiro que arquivos, bibliotecas, organismos oficiais, empresas e particulares investem e consomem na atualidade na digitalização da documentação preservada. Agora tente quantificar, nem que seja aproximadamente, o esforço físico, económico, de tempo dedicado que, na era da escrita à mão, com instrumentos de baixo rendimento como penas e da cópia uma a uma de cada página, requeria a conservação do total do património escrito, ora documental, ora literário.

Não foi um acaso que muita da documentação dos mosteiros e famílias nobres galegas acabasse por desaparecer, tanto fisicamente, por descuro ou falta de cópia, como para o acesso do comum das pessoas e dos especialistas, que pudessem ter interesse nela. Para além dum grande interesse (positivo) para conservar uma fonte histórica, é necessário também contar com uma forte dose de "sorte".

Quando falamos de sorte pretendemos identificar todos aqueles fatores incontroláveis ou que escapam à vontade dos transmissores, estivessem estes interessados na verdade verdadeira ou na que lhe conviesse. Incêndios, ação da humidade ou dos parasitas, esquecimento, desconhecimento, perda... mesmo se não tivesse havido uma ação positiva para a destruição dum documento, facto não invulgar, especialmente na nossa história, a entropia confabula-se com os poderes para despejar o passado de incómodas testemunhas.

Sobre o interesse em copiar e reproduzir textos fisicamente deteriorados ou perdidos, polas mais diversas causas, mas de interesse para qualquer coletivo, não resisto a dar um exemplo que sirva de lembrança aos já conhecedores, e de informação para os leigos na matéria histórica.

Eis a transcrição, realizada em 1449, segundo figura no texto, da introdução de uma garantia de veracidade do texto que segue, para uma confirmação, datada em 1219, dos privilégios outorgados por Fernando II, rei da Galiza de 1157 a 1188, ao mosteiro de Moraime. Diz assim, reproduzida com a "ortografia"[3] "original":

> *Feyta fuy esta confirmaçon açerqua de Santiago, deante a corte real eno palaçio do arçobispo de Santiago, die VII calendas iunii, era de mil et dozentos et des e nove años.*

[3] A "ortografia", que significa "escrita certa", é um conceito muito moderno. Até a fundação das academias no século XVIII não houve um modelo de escrita que possa ser chamado assim, cada um que escrevia (uma minoria social mínima, mas significativa) procurava reproduzir os sons da língua como melhor lhe parecia.

Este he o traslado da dita carta de doaçon et privilegio do dito señor rey don Fernando, de esclarecida memoria, que Deus dé santo parayso, scripta en pergameo et en lingoa latina et rodada do signo do dito señor rey con un leon figurado en médio do dito signo rodado, et eno circuito do dito signo eran scriptas leteras latinas que desian, tomadas en romance, signo de don Fernando rey das Españas. A qual dita carta de doaçon non era rasa nen chançelada nen en alguna parte de sy sospeytosa segundo que ela paresçia et a qual eu Gomes Garcia, notario publico jurado de Santiago por la iglesia de Santiago vy et ley et aqui ben et fielmente fize trasladar et de latin reduzi et fizo en miña presençia reduçir e retornar en romance et lingoa vulgar por mando et autoridade que me para elo dou o bachiller Vaasco Martines, cónego de Santiago et juyz ena audençia do señor don Rodrigo de Luna, perpetuo administrador da iglesia et arçobispado de Santiago, a pedimento do religioso frey Fernando dos Santos, abade do moesteiro de Mourame, ena cidade de Santiago quatro dias do mês de novembro, año do nasçemento do nosso señor Ihesu Christo de mill et quatrocentos e quarenta e nove años.

Testigos que foron presentes:
Juan Vinagre, mercader et Fernán de Candays, notario…

Veja-se que Gomes Garcia, como notário público jurado da vila de Compostela, com autoridade delegada do bacharel Vaasco Martines[4], por sua vez juiz na audiência do arcebispo de Compostela, dá fé de que o pergaminho não era suspeito de raspagem, manipulação ou qualquer outra adulteração (o facto de ser preciso dar fé disto indica como eram habituais essas práticas) e informa que verteu o texto latino do original a romance e *lingoa vulgar*, bem e fielmente (outra forma de adulterar o texto original era a tradução livre ou a inclusão de texto novo, por exemplo, nomes de lugar), e confirma que ele viu o documento original e esteve presente na translação.

Neste texto comprovamos as muitas precauções que, já no século XV, se tomavam para dar fé dum documento relativamente pouco importante e de utilidade prática, pois as doações e privilégios serviam para acreditar direitos económicos e jurisdicionais sobre determinadas áreas geográficas e os seus habitantes, neste caso ao mosteiro de Moraime que, através do seu abade, frei Fernando dos Santos, exerce de demandante (e pagador) da cópia.

Também aprendemos com ele que toda a precaução é pouca para não sermos enganados e convencidos com os mais diversos mecanismos de manipulação dos que o ser humano consegue servir-se para alcançar o seu objetivo.

[4] Vasco Martines é, possivelmente, o autor da *Crónica de Santa Maria de Iria*, obra feita, segundo figura no seu prólogo, para lembrar que Íria fora a Sé inicial do bispado de Compostela, facto que já poucos sabiam e menos acreditavam na altura.

MECANISMOS PARA MODIFICAR O PASSADO

A seguir vamos organizar, nem que seja dum modo superficial e sem intenção de esgotar a matéria, alguns dos mecanismos habitualmente utilizados para modificar a informação do passado [que não chamaremos "a verdade", pois ela é um conceito muito elevado para tratarmos assim] para transformá-la numa informação assimilável ao discurso ideológico de quem escreve as fontes ou de quem as interpreta.

Podemos dizer que o labor do historiógrafo parcial (quer dizer, "não imparcial") pode atuar sobre três eixos fundamentais. 1. Atuar, entendendo o termo de modo amplo, sobre os sujeitos sobre os quais se escreve; 2. Atuar sobre as fontes, seja qual for a sua índole (textos escritos, como os documentos legais, os historiográficos, ou os literários; restos arqueológicos ou ruínas procedentes de escavações, ou outras origens) e 3. Adotar uma atitude, por parte do historiógrafo, a respeito do que se escreve, sobre os recursos que se recebem ou se escolhem para a ação de explicar o passado.

Passamos a tratar cada um deles de modo mais pormenorizado.

1. ATUAR SOBRE OS OBJETOS DOS QUAIS SE ESCREVE

Nesta primeira secção, referida ao sujeito ou sujeitos da atividade historiográfica, podemos marcar estes mecanismos muito utilizados:

a) Fazer do outro um ser inferior:

Deste procedimento, praticado desde o Egito faraónico, há abundantes exemplos. Na época clássica praticava-se a nível social denominando a quem não falava o mesmo idioma, o outro, como "bárbaro". Na sua origem, o termo não incluía necessariamente o valor de inferioridade (ainda que para os gregos o facto de não saber falar a sua língua... não demonstrava altas capacidades) que adquiriu para os romanos e ainda tem.

Estrabão, na sua *Geografia* (3,3,7), fala dos montanheses (os habitantes do norte da Península Ibérica) como um todo homogéneo, deixando clara a sua falta ou escassez daqueles alimentos necessários para serem "civilizados". Careciam da "trindade civilizada": pão, vinho e azeite. Eis como o descreve: Fazem o seu *pão de castanhas* (ou landras, segundo a versão habitual), quer dizer, não têm trigo; *escasseia-lhes o vinho* que *consomem rapidamente* (a imoderação é mais um sinal de barbárie) e *em lugar de azeite têm banha*. Mas entra, a seguir, em contradição quando diz que *dispõem de cerveja* [uma bebida de bárbaros para gregos e romanos], pois é um derivado do cereal, e a sua disponibilidade

confirma que conheciam o cereal ainda que não o usassem como as culturas mediterrâneas.[5]

No tempo da cristianização e ao longo de séculos qualificavam *o outro* como pagão e os inimigos internos dentro do cristianismo (uma religião que diz basear-se no amor ao próximo) como "hereges". Se este tratamento revelava-se excessivo, criticava-se a população por ser muito dada aos vícios, tal como fizeram diversos autores castelhanos (Góngora e Quevedo entre outros) a respeito dos galegos no século XVII, a que lhes imputam serem bêbedos, supersticiosos, pouco devotos ou covardes e às mulheres, demasiado livres e "carinhosas" qualidade vista polo puritanismo mesetário como defeito. Ainda nos séculos XIX e XX se cria o falso retrato do labrego galego incapaz de se organizar ou rebelar.

Esta atividade de reduzir o contrário a uma posição inferior, cultural, moral ou mesmo física, justifica uma atitude política de submetimento e está diretamente relacionada com o terceiro elemento de manipulação: a atitude do historiógrafo para com a matéria e as gentes com que trabalha (que se verá adiante). Não se há de esquecer que a escravidão dos afrodescendentes nos EUA, e noutros territórios, era "sustentada cientificamente" por teorias biológicas racistas "muito científicas"[6].

b) Fazer desaparecer o outro

Este método é, na verdade, um degrau superior do anterior. O sujeito é tão insignificante que o relator quase não nomeia *o outro* no relato, aproximando a zero a sua cultura, identidade, história, política ou qualquer outra manifestação, ou mesmo todas juntas. Neste caso podemos lembrar a sistemática substituição do nome *Gallaecia* ou Galécia por Astúrias primeiro, ou Leão depois. Assim, dum único golpe de pena, o sujeito político desaparece. Falaremos disto adiante no corpo do livro (O nome do reino).

2. ATUAR SOBRE AS FONTES

O segundo elemento sobre o qual pode atuar o historiógrafo são as fontes. Como dissemos, há muitas e diversas fontes possíveis. Costumamos pensar em documentos de diversa índole (testamentos, doações, inscrições... e mesmo

[5] Ainda hoje a dieta mediterrânea desfruta de notoriedade ainda que não é, nem de longe, melhor do que a dieta galega ou portuguesa (atlântica por usar o mesmo critério, ainda não reconhecido) com verduras e legumes, peixes variados e de melhor qualidade, moluscos e crustáceos, excelentes carnes, pão e vinho. Mas a italiana é muito melhor, onde vamos parar.

[6] Além dos autores clássicos, podemos citar Montesquieu, Kant, Hegel, Cuvier, Stanhope, Mieners, Buffon, Blumenbach, Gobineau, Vogt, Haeckel e muitos outros, cujas teorizações sobre diversidade de raças, as suas origens e demais justificaram o colonialismo europeu e a escravatura.

O ESTANHO DAS CASSITÉRIDES E OS FENÍCIO-PÚNICOS (QUE NUNCA ESTIVERAM POR CÁ)

As Ilhas Cassitérides

Sabemos da existência das Ilhas Cassitérides por múltiplas referências de autores gregos e romanos. O nome, em grego, significa, ou está vinculado, à procedência do estanho, chamado em grego por *kassiteros*, e daí o nome das ilhas. Hoje o mineral de que procede o metal denomina-se cassiterite. Viria a ser, pois, como as "ilhas do estanho".

O primeiro que fala delas é Heródoto (+ 425 ANE[12]) nas suas Histórias (livro III, 115,1) referindo que estão situadas no mar (*thálassa*) no norte e que delas procede o estanho (*kassíteros*) que chega *a nós* (referindo-se aos gregos)[13]. Nos tempos de Heródoto, os conhecimentos geográficos do ocidente do Mediterrâneo e, ainda mais, do Atlântico, eram escassos e aproximados quando não míticos.

Heródoto vincula o rio Erídano (nome grego do Ródano) à origem do estanho (que viria dessas ilhas) e do âmbar, cuja procedência sabemos que foi, e ainda é no contexto europeu, o mar Báltico. Essa vinculação deriva, na minha opinião, da localização da cidade comercial de Massália (hoje Marselha) onde os gregos comercializavam ambos os produtos que eram transportados ao longo do Ródano polos "bárbaros" gauleses.

Diodoro (+ 30 ANE), autor muito posterior e com mais acesso à informação sobre o ocidente europeu[14], dá outra fonte para o estanho: Britânia. Supomos que o lugar concreto, dentro da Britânia, seria Cornúbia (Cornwall) onde sabemos da atividade desde tempos antigos. Dali transportava-se até Marselha através do Canal da Mancha e da Gália. Esta devia ser a rota alternativa para os gregos que, desde o século VI ou finais do século VII ANE, se estabelecem nesse lugar para burlar o monopólio fenício-púnico do estanho comercializado pola rota atlântica. É possível que Heródoto misture as duas informações e confunda as Ilhas Britânicas com as Cassitérides.

Após Heródoto falam das ilhas Cassitérides muitos outros autores. Possidónio, Diodoro Sículo, Estrabão, Ptolomeu, Dionísio Periegeta... dizendo que eram pequenas ilhas a certa distância, segundo Estrabão, da costa noroeste da Península Ibérica e, segundo Diodoro, recebiam o nome da sua proximidade às

[12] Nesta obra não usaremos a sigla a.C. (antes de Cristo), mas sim ANE (Antes da Nossa Era), por se tratar de uma opção laica.

[13] Em grego: …νήσους οἶδα Κασσιτερίδας ἐούσας, ἐκ τῶν ὁ κασσίτερος ἡμῖν φοιτᾷ.

[14] No tempo da vida de Diodoro, César conquistou as Gálias e "visitou" Brigantium pola rota marítima, conduzido por Balbo, o famoso comerciante gaditano.

minas de estanho. Assim sendo, parece que os autores posteriores, algo melhor informados, situam no quadrante noroeste da P. Ibérica as tais ilhas.

O aspeto mítico das ilhas foi aumentando à medida que o conhecimento da costa atlântica da península aumentou e foram mesmo situadas nas representações geográficas, formadas em círculo, no meio do oceano, vinculadas às Hespérides.

A localização destas ilhas foi assunto frequente entre intelectuais posteriores e ainda Joseph Cornide (1734-1803) publica um opúsculo sobre a situação das Cassitérides, concluindo que eram ilhas situadas na Galiza.

Partilho da conclusão de Cornide e considero que as Cassitérides eram ilhas e penínsulas da costa da Galiza. Quanto às ilhas não é difícil enumerar uma série delas ainda hoje: Cies, com três ilhas; Ons, com duas; Sálvora; Arousa; Sisargas... mas também poderiam entrar na lista antigas ilhas, hoje unidas por mangas de areal, como Ericeira em Baiona, Ogrove, a ilha de Faro (Corunha), talvez Caião. Ainda, se levarmos em conta o significado do termo grego para ilha, *nēsos* (νῆσος), poderíamos aplicá-lo a penínsulas, como os mesmos gregos fizeram com o Peloponeso ou o Quersoneso... poderíamos incluir as mesmas penínsulas do Morraço, Salnês, Barbança...

Para fornecer a opinião de uma historiadora nada suspeita de magnificar as antiguidades da Galiza citarei A. Paz Virulet, da Universidade de Sevilha, que afirma, traduzido, *considerando que não existe tal quantidade de materiais e evidências de comércio púnico noutros lugares do Arco Atlântico* (como podem ser as Ilhas Britânicas ou a costa francesa, ou a bretã) *e que o jazigo mais afastado parece até agora ter sido o de Campa Torres nas Astúrias, parece que as Rias Baixas bem poderiam ter sido as Cassitérides de que falam os clássicos... a região coincide com as descrições destas fontes literárias.*

Quanto à proximidade das minas de estanho, é fácil constatar, a partir dum mapa onde se representem as zonas de extração de estanho na costa ocidental da Península, como as ilhas Cassitérides estão, como diz Diodoro, próximas de áreas de extração e, na minha opinião, cumpriam a função de lugares para o intercâmbio comercial de estanho por bens diversos transportados, por barco, polos fenícios-púnicos-gaditanos. Falaremos destes a seguir.

Agora considero essencial explicar porque o estanho é importante.

Mapa da parte ocidental da Península Ibérica com as áreas de minas de ouro e estanho (tirado do artigo *La colonización fenicia de Portugal*)

SPAL 7 (1998)

A Idade do Bronze

Uma das etapas da Pré-História, claramente vinculada ao nosso passado, é a Idade do Bronze, idade da Pré-História que começa antes ou depois em função do território. Data-se antes de 3500-3000 ANE na Anatólia e Mesopotâmia, embora possa ser situada em épocas diferentes consoante as regiões: 2500 aprox. na Hélade; 2000 no centro da Ásia, 1800 na China... Segue às diversas fases da Idade da Pedra (Paleolítico, Mesolítico e Neolítico) e mesmo à breve Idade do Cobre ou Calcolítico (dentro do contexto europeu). O avanço civilizacional que marcou o início da Idade do Bronze foi, precisamente, a criação da liga que lhe dá nome.

Os mais antigos bronzes, fundidos por volta do 3500 ANE, foram o resultado de misturar cobre com outros materiais, como arsénio. Depois de certo número de ensaios, julgou-se que o estanho era o que melhor facilitava a fundição e tornava mais consistente o bronze.

Ao contrário do cobre, que podia conseguir-se em diversas zonas do Mediterrâneo oriental como a ilha do cobre (que conhecemos como Chipre, nome que procede de *Cyprus*, em latim, e este de *Kupros* ("cobre" em grego) e zonas